

deixar de registrar a realização de Fórum Es-
 lógico Popular, promovido pela Juventude Socialis-
 ta do Partido Democrático Trabalhista, PDT, pelo
 seu Presidente o jovem Marcos Vinícius, evento rea-
 lizado no 3º Distrito, Armazém dos Belgios. Disse
 que na oportunidade tivera o prazer e honra
 de debater com o Vereador Félix da Costa Gomes,
 um dos responsáveis pela realização do Fórum,
 parabenizando-o. Disse que aprendera muito com
 o povo, muito com a iniciativa popular, pois
 mais uma vez ficava flagrante que o homem
 público não podia fugir a tais acontecimen-
 tos. Quanto a Escola de Comunicação Popular,
 disse que era favorável, fosse em frente da Câ-
 mara, ou da Prefeitura, mas, o importante é que
 estava aberto um espaço para o povo se ma-
 nifestar livremente e que se colocava a disposi-
 ção para ser questionado por todos durante o
 período em que se desenvolvia a Escola, pois
 só assim corrigiria os seus erros, só assim
 iria desempenhar contento seu mandato, e que
 jamais iria fugir a qualquer tipo de questionamen-
 to popular, encerrando a seguir sua fala. Não
 havendo mais Vereadores para fazer uso da pala-
 vra em EXPLICAÇÃO PESSOAL, o Senhor Presidente
 encerrou a presente Reunião em nome de Deus.
 E para constar mandou que se lavrasse
 a presente Ata que depois de lida, submeti-
 da à apreciação Plenária, será assinada pa-
 ra que produza seus efeitos legais.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Ata da Sétima
Reunião Ordinária
do Segundo Período
Legislativo do ano
de mil novecentos e
oitenta e nove (1989),
realizada em vinte
e quatro de agosto
do ano em curso.

Às dezesseis horas do dia
vinte e quatro de agosto de mil novecentos
e oitenta e nove (1989), sob a Presidência
do Vereador Jânio dos Santos Mendes, e com
a ocupação da primeira e segunda Se-
cretarias, pelos Vereadores Walmir Rodrigues
de Souza e Adailton Pinto de Andrade,
reuniu-se ordinariamente a Câmara Mu-
nicipal de Cabo Frio. Além desses responde-
ram a chamada nominal os seguintes Ve-
readores: Ayr Silva da Rocha, Aires Bessa de
Figueiredo, Carlos Roberto Nogueira dos Santos,
Félix da Costa Gomes, Josénio Pacheco Filho,
Marcos Valério Loureã Sant'Anna, Orlando da
Silva Pereira, Osmar Sampaio da Silva, Val-
fredo Santos Silva e Wilmar Monteiro. Havendo
o número regimental, o Senhor Presidente decla-
rou aberta a presente Sessão em nome de
Deus. A seguir foi lida a Ata da Sexta Reu-
nião Ordinária do Segundo Período Legislativo.
Logo após, o Senhor Presidente determinou a
Leitura do EXPEDIENTE, que constou do seguin-
te: Requerimento nº 183/89 de autoria do Vereador
Osmar Sampaio da Silva, dispondo de pedido de

informações ao Exm^o Senhor Prefeito Municipal, Indicação nº 156/89 de autoria do Vereador Valmir Rodrigues de Macedo, solicitando ao Exm^o Senhor Prefeito Municipal, a criação de um Projeto de Abairramento em nossa cidade. Terminada a leitura do EXPEDIENTE, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado para o uso da Tribuna. Fez uso da Tribuna como primeiro orador inscrito o Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, iniciando sua fala, procedeu a leitura de Requerimento de sua autoria aprovado em três de abril de mil novecentos e oitenta e nove, solicitando ao Senhor Presidente da República especial atenção, quanto a aerograma enviado pela Associação de Moradores Urbanos e Rurais de Botafogo, Lobo Frio, apelando para o imediato reinício de trabalhos de assentamento das famílias que ocupavam terras em Campos Novos. Em sua justificativa, no Requerimento falou o autor das tensões vividas na zona rural do Município, dos registros de violência e até mortes já ocorridas. Após a leitura do Requerimento, disse que felizmente os trabalhos de assentamento haviam sido reiniciados, inclusive com a desapropriação de áreas ocupadas irregularmente. Adiante, comentou notícia vinculada no jornal "O Fato", segundo a qual, o ex-Prefeito Alair Correa havia recorrido de decisão do INCRA, quanto a desapropriação de área por ele ocupada em Campos Novos, e ainda, segundo o jornal, o sítio do Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, estava incluído entre os lotes desapropriados. Disse a seguir, comentando a notícia, que desde o ano de mil novecentos e

relenta e cito, portanto antes da desapropriação da área que ocorrera em mil novecentos e oitenta e um, possuía uma área no local, comprada de um possessor legítimo, Senhor Natanael, e que o seu sítio não era de lazer e sim de produção rural. Disse que em mil novecentos e oitenta e um, mil novecentos e oitenta e dois, quando a área fora desapropriada, procurara o INCRA e colocara o seu sítio à disposição da Reforma Agrária, por entender que era justo para com os lavradores, e mais, que exigira a desapropriação da área, até mesmo por ser funcionário público sendo impedido de deter tal propriedade, havendo assim uma grande diferença entre o seu caso e o de pessoas que haviam chegado após o projeto de desapropriação, enfatizando que era a favor da reforma agrária era a favor da luta do trabalhador rural pela posse e também pelos sem terra, e que desde há muito, vinha denunciando a violência na zona rural de Cabo Frio. Disse também ser impossível uma reforma agrária sem abrangência, e que por interesses políticos ou pessoais, fossem deixado de lado tantos lavradores, aquele que realmente tinha direito à Terra. Parabenizou ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais pela luta constante e que agora começava a frutificar, da mesma forma a Prefeitura por ter apoiado tal luta, da mesma forma como a Câmara Municipal de Cabo Frio e até mesmo ao INCRA por finalmente ter cumpri-
do suas prerrogativas. Disse também que o

INCRA tinha que realmente, desapropriar, mas não se restringir a pequenos proprietários tão somente, pois algumas fazendas locais haviam sido preservadas, como por exemplo do Senhor Ozaná, proprietário de quase metade de Lago Frio, que havia fechado uma estrada com mais de cinquenta anos, e mesmo assim não sofrera nenhuma sanção por parte do INCRA, ou seja a desapropriação. Prosseguindo disse que deveria ser implantada uma política agrária eficaz e que fundamentalmente protegesse o homem do campo, com apoio também a produção. Finalizou dizendo que não iria recorrer judicialmente quanto a desapropriação do seu sítio, pois achava a medida justa, pois a terra era de quem nela vivia e trabalhava. A seguir ocupou a Tribuna o Vereador Osman Sampaio da Silva, iniciou sua fala, abordando a Tribuna do Povo, instalada junto a Câmara Municipal, solicitando ao Senhor Prefeito, autor da ideia que aproveitasse a oportunidade e cumprisse seu dever constitucional e promessa de campanha, criando um valeão de informações a comunidade, colocando a disposição de todos, tanto os atos administrativos como as contas do Município, destacando os aluguéis de imóveis, contratos de viaturas para que o povo tomasse conhecimento de tais escândalos. Instou ao Senhor Prefeito que providenciasse o balanço de mil novecentos e oitenta e oito, não sabendo como estava sendo contabilizado o exercício de mil novecentos e oitenta e nove, e que com a presença do Tribunal de Contas, estavam desesperados na busca de documentos para atender exigên-

cias. Comentou também sobre o acordo gerenciado pela Administração Municipal para liberar as contas bloqueadas dos "royalties" do petróleo, que havia comparecido ao Cartório, que havia examinado o processo de maneira rápida, não encontrando no entanto nenhum acordo apensado ao mesmo liberando cheques emitidos pelo Prefeito anterior e que não haviam sido honrados pelo atual por razões já por demais conhecidas. Disse que a composição para o pagamento de tais cheques no seu entender ainda era um tanto ou quanto nebulosa, na medida em que os cheques haviam sido substituídos por outros, visto estarem preenchidos em cruzados velhos, e ainda, que haviam sido emitidos empenhos e ordens de pagamento com diferença para remuneração do período de espera pelos credores. Disse que por tais fatos, talvez fosse necessária inspeção do Tribunal de Contas da União, para analisar tais atos da Administração Municipal, detendo na conta "royalties" tal diferença que seria correção monetária, mas registrada como obra realizada. Disse que buscaria o processo para uma análise mais detalhada, em respeito ao contribuinte e a população, podendo afirmar que o acordo não tinha respaldo legal, encerrando a seguir sua fala. A seguir ocupou a Tribuna o Vereador Wilmar Monteiro, iniciou sua fala, comentando "release" divulgado pela Companhia Sanelinas Perynas, anunciando a construção de mil e quinhentas unidades e um hotel cinco

estrelas, em área próxima a Lagoa de Araruama, afirmando que tal projeto deveria ser precedido de estudos mais acurados, pois ao mesmo tempo em que considerava Cabo Frio como o principal polo turístico do Estado, representava também uma ameaça a Lagoa de Araruama, ao seu ecossistema, visto ser o empreendimento fator de poluição e que deveria ser adequado. Disse também que a lei proibindo a privatização de praias tinha que ser obrigatoriamente atendida pelo grupo empresarial, não acreditando que a Prefeitura Municipal fosse concordar com tal projeto sem que estudos fossem apresentados para imediata aplicação no empreendimento de Perynas, como garantia de acesso a lagoa e a preservação da qualidade de vida do povo cabofriense. Prossequindo disse que Perynas estava demitindo funcionários, não entendendo porque a empresa também contratava mão de obra mais barata para substituir tais trabalhadores, muitos com mais de dez anos de casa, considerando tal comportamento da empresa, uma covardia, uma brutalidade do Governo Federal que permanecia omisso ante tais fatos, e que assim sendo o problema social se agravava no Município, deixando registrado o seu mais veemente protesto contra a Companhia Salinas Perynas, por ser sobretudo desumano. Comunicou sua participação em reunião realizada na Câmara no dia anterior, para debate da questão da violência no Município, lamentando que de quarenta e oito convites expedidos, poucas entidades haviam comparecido, o que demonstrava que a própria Co-

munidade deixava de participar de tal debate, e que infelizmente a Câmara era sempre criticada, o que não entendia. Disse que assim sendo mais uma vez se fazia necessária a transmissão dos trabalhos da Câmara pela Rádio Cabo Frio, pois assim a comunidade tomaria conhecimento das iniciativas e dos debates da Casa. Disse também que a questão da violência poderia ser equacionado na medida em que a sociedade tivesse acesso principalmente ao Governador, mas que também se mobilizasse, o que não ocorria, enfatizando também que tanto os efetivos como equipamentos das polícias Militar e Civil eram precários, carecendo a cidade de policiamento extensivo, ou seja gradualmente a polícia se afastava das ruas, encerrando a seguir sua fala. A seguir ocupou a Tribuna o Vereador Aires Bessa de Siqueiredo, com relação a desapropriação de terras na zona rural do Município, disse que ele cumpra comentar, mesmo sem ter autorização do cidadão Alair Correa, que o ato do Governo Federal com relação aos dois alqueires de terra do ex-Prefeito, ainda não fora concretizado, visto que o mesmo através de petição judicial, solicitava que o INCRA provasse que sua área, era realmente atingida pelo ato desapropriatório, e que assim sendo por certo o cidadão Alair Correa que adquirira a área do seu legítimo proprietário de imediato acataria a decisão do órgão federal. Disse que aplaudia todas as iniciativas que vissem proporcionar justiça para o homem do campo, e que a luta pela repor-

agrária fora iniciada pelos partidos de esquerda, envolvidos também no seio do PMDB, que assim sendo não poderia ficar indiferente, mas que sobretudo era fundamental que se praticasse a verdadeira justiça. Adiante, disse saber que houvera gestão do Governo Municipal, para que fosse visto xiada apenas a propriedade do ex-Prefeito Alair Correia, o que denotava perseguição política. Quanto a notícias divulgadas pelos órgãos de imprensa, segundo as quais um político do PMDB estaria negociando com o Governo Municipal, disse que ninguém tinha o direito de negociar com o seu voto, com sua posição política, e que apenas o povo podia mudar suas posições, e que no seu desempenho na Casa, apenas a comunidade, o interesse coletivo era preponderante, e que o compromisso da Bancada do PMDB era com o povo, apenas o povo. Disse também que não participava de nenhuma negociação política que viesse a beneficiar alguém individualmente, reiterando que sua posição tinha como objetivo, o benefício do povo cabofriense, e que este era o seu comportamento em relação as matérias oriundas do Executivo. Disse que mandava um recado para o moço que negociava com o Governo, afirmando que o mesmo nem de leve devia contar com o apoio dos Vereadores do PMDB na Câmara Municipal. Disse também que a posição era firme, e mais que sabia porque estava na Casa, enfatizando, porque continuava como Vereador, pois passara pela prova das urnas e fora aprovado pelo povo de Cabo Frio. Comentar sobre o que considerava uma pequena crise nas hostes do POT, quando um dos seus mais notáveis militan-

tes, homem inteligente, preparado, deixava a che-
fia de Gabinete do vizinho município do Arraial do
Cabo, para integrar-se ao "Staff" administrativo
do Prefeito Ivo Saldanha, como Secretário de Pla-
nejamento, referindo-se ao Senhor Gilberto Vieira
da Cunha. Lembrou a seguir a passagem do
Senhor Joel Rocha, no Governo Ivo Saldanha,
registrando que o mesmo fora candidato a
Prefeito duas vezes pelo PMDB e como Secretário
do atual Governo era exigida sua saída dos
quadros do Partido, por quanto o Governo do
Prefeito Ivo Saldanha era opressor e persegui-
dor, e que não admitia o ideal partidário
do Partido do Movimento Democrático Brasileiro,
lamentando que os colegas do PDT estivesse so-
frendo com o comportamento de um dos seus
militantes. Comentou a seguir acidente ocorrido
com um funcionário da Prefeitura, durante uma
das festas no Muro do Amor, quando solicitado
a soltar foguetes, embora não fosse a pessoa
indicada, sofreu amputação traumática de três
dedos quando da explosão de um dos artefatos
pirotécnicos, e que o referido cidadão estava de-
samparado pelo Governo atual, não tendo mais
condições de exercer as funções de motorista, sua
profissão, e mais que precisava sofrer uma
intervenção cirúrgica em Clínica do Rio de
Janeiro, e que apenas fora encaminhado
para a Procuradoria Municipal, onde in-
clusive fora agredido por um cidadão de
nome Osvaldo, e que o filho do mesmo até
mesmo tenta a estropear o funcionário, e que
era lamentável, apelando para que a Bancada
do PFL, pudesse dar uma solução para o

drama do servidor, embora tivesse a certeza de que na Prefeitura ninguém resolvia nada, e mais que no Departamento jurídico da Prefeitura e que resolvia era o dinheiro. Disse também, quanto a questão dos dólares do Senhor Umberto Mediano fora tratado na Procuradoria, segundo se comen-
 tava na cidade, e que assim sendo tais pessoas não iam se incomodar com leis de menos importância como era a mão dilacerada de um humilde servidor da Municipalidade, e que o mais importante eram os grandes lotamen-
 e as renovações de licenças para as grandes cons-
 truções, encerrando a seguir sua fala. A seguir ocupou a Tribuna o Vereador Presidente Jânio dos Santos Mendes, iniciando sua fala, o Vereador Jânio dos Santos Mendes, disse que no dia anterior estivera participando no Plenário da Casa Legislativa do Município, de debate reu-
 nindo segmentos representativos da Comunidade cabofriense, tendo como fulcro o crescimento dramático da violência no Município. Prosse-
 quindo disse a respeito da questão, das circuns-
 tâncias que envolviam responsabilidades tanto da classe política, em todas as esferas, como tam-
 bém, dos órgãos de segurança e os deveres atinên-
 tes. Logo após tais considerações, destacou o dis-
 curso inflamado quanto abrangente em sua dramaticidade, de um homem simples, que da Tri-
 buna da Câmara, colocou um amplo relato de ocorrências de violência, que em não sendo novi-
 dade, mesmo assim uma grande maioria, simples-
 mente cruzava os braços, referindo-se ao abandono do homem, no caso do orador, falando do aban-
 dono do trabalhador rural, que na busca de sus-

tento para sua família, expulso do campo, procurava a cidade e mais uma vez era marginalizado e agredido pelas condições sócio-econômicas vividas pela Nação. Prossequindo, disse que na medida em que falava das responsabilidades do homem público naquela reunião, cometia um erro, um pecado por não especificar quais eram as responsabilidades. Em prosseguimento, disse que ao ouvir aquele homem humilde, com a voz muitas vezes embargada pela emoção e pelo sofrimento acumulado ao longo dos anos de injustiças e humilhações, pode sentir que naquelas palavras estavam embutidas as responsabilidades do homem público, deveres e obrigações que não eram da Polícia Civil ou Militar, mas de Vereadores, de Prefeitos, de Deputados, de Governadores, enfim, do cidadão investido em mandato outorgado pelo povo. Disse também que enquanto ouvia aquele lavrador ele vinha à memória a realidade encontrada na zona rural do Município de Lago Triso, enfatizando não desejar que a imprensa local publicasse notas de Vereador que com muito sacrifício conquistara o seu sítio de lazer, ou do ex-Prefeito, não lhe interessando como, de maneira, conseguira segundo notícias, conseguira dois alqueires ou mais, não podia precisar, mas que sobretudo, era importante que a imprensa divulgasse as condições dramáticas vividas pelo homem do campo, abandonado na zona rural sofrendo violência. Destacou que a imprensa deveria dar destaque aos acontecimentos da zona rural, a seguir denunciou que um funcionário do INCRA, de nome Ivan e que estava sendo transferido de Lago Triso por

estar sofrendo ameaças de morte, ameaças oriundas de "quilheiros" da zona rural do Município de Lagoa Trua. Disse que ante tais fatos, a Casa do Povo que era a Câmara Municipal, não poderia ficar omnia e mais do que nunca era necessário levar o seu grito de protesto às ruas, ir à Praça Porto Rocha, o que considerava muito pouco, pois depois do sangue derramado na zona rural do Município, valores da consciência popular haveriam de se destacar não apenas protestando, mas impedindo que tal descalabro voltassem a manchar de sangue de brasileiros inocentes a terra labofriente. Disse a seguir que ainda no dia anterior, em visita a zona rural, fora informado que a redistribuição da terra, a reforma agrária que estava sendo implantada também com o apoio e a vigilância da Câmara e da Prefeitura Municipal, poderia vir a beneficiar caso não houvesse a vigilância permanente, a fazendeiros de Campos, Rio Bonito e de outros Municípios, que de posse de títulos provisórios, poderiam quando do reassentamento, ocupar áreas agora sendo desapropriadas pelo INCRA. Disse que tais ameaças, havia enviado expediente ao Secretário Municipal de Agricultura, e ainda encaminhado pedido ao INCRA no sentido de que fosse revista a relação dos que detinham títulos provisórios, para que realmente fosse praticada a justiça no campo, com uma reforma agrária que atendesse realmente aos verdadeiros lavradores. Disse que iria a seguir, fazer outras considerações a respeito do assunto, mas que as palavras do Vereador Carlos Roberto Noqueira dos Santos, naquela reunião, a respeito do que era necessário e fundamental para a implantação de uma reforma agrária justa, haviam enriqueci-

do sobremaneira as atividades da laranja, e que precisava ser registrado. Disse a seguir de sua frequência quando os Municípios de São Pedro de Aldeia e Araruama, anunciaram a realização de festivais de laranja, quando constatava no dia anterior, que cerca de quinze caminhões de laranjas saíam semanalmente da zona rural do Município de Cabo Frio, e que lamentavelmente eram registrados a seguir como produção de São Pedro de Aldeia e Araruama e que não podia ser admitido, tendo solicitado a Secretaria Municipal de Agricultura que fizesse tais registros para o Município de Cabo Frio, por ser de direito e de justiça e imperativo para que a zona rural do Município pudesse ser amparada. Dirigindo-se aos Vereadores Orlando da Silva Pereira e Aires Bessa de Figueiredo, empenhados na solução e problemas referentes a ocupação das margens da Baía de Araruama, principalmente no segmento limite ao Bairro Passagem, disse ter recebido naquele dia, da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e do Serviço de Patrimônio da União, solicitação de informações quanto a existência ou não de terreno no local situado no Bairro Passagem, margem da Baía de Araruama, para construção de cais, enfatizando o orador, que o terreno mencionado fora atestado pela Administração anterior, privatizando o final da Avenida Assunção, e que o pedido de informações já citado, seria respondido pela Administração Municipal para que assim fosse impedida a privatização de mais um trecho da Baía de Araruama, ocorrendo assim a revisão de parecer do Delegado da Secretaria

do Patrimônio Histórico da União, favorável a construção de aterro no local, fato que mobilizara a Câmara Municipal e a opinião pública cabofriense em defesa do patrimônio natural de Lagoa Triz, encerrando a seguir a sua fala. Logo após usou a Tribuna o Vereador - Walmir Rodrigues de Lacerda, iniciou sua fala, comentando sobre reunião ocorrida no dia anterior, no Plenário da Casa, promovida pela Comissão de segurança registrou que haviam sido expedidos quarenta e sete convites, e que apenas quatro entidades se haviam feito apresentar, Associação Comercial, Jornal O Fato, Jornal O Iluminense e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, afirmando que não entendia o descaso da comunidade para com questão de tal relevância, chegando a conclusão de que a comunidade estava mal representada em suas diversas instituições, pois os seus representantes não levaram a sério suas atribuições, na medida em que o povo estava aflito com recrudescimento da escalada da violência no Município, e mas que a pleiteia da Casa estava letada, e que presidindo a reunião, por impedimento do titular Vereador Carlos Roberto Silva, transformara a reunião que seria a coleta de sugestões, em debate, aproveitando também a presença da emissora de Televisão de Búzios, o que considerou produtivo, agradecendo as pessoas que haviam comparecido a reunião. Quanto ao seu candidato a Presidência da República, motivo de muitas indagações, disse que embora sem partido, se considerava político de uma só linha, e que assim sendo não ficaria omissor ante o evento de tal importância para os destinos da

Pátria, e mais, que respeitava todos os candida-
tos e aos seus eleitores, mas declarava o seu
apoio coerente, muito estudado, que assim decla-
rava o apoio do Vereador Walmir Rodrigues de
Foaerda, pensando no Senhor Rafael do Recanto
das Dunas e que estava doente, vitimado por
um derrame, pensando em Dona Adriana da
Rua Duque de Caxias, e mais que tinha que
pensar em sua mãe já contando setenta e
dois anos de idade, e que assim sendo seu
candidato era Guilherme Afif Domingues. Disse
que escolhera Afif Domingues, porque era um
homem oriundo da lavoura, do interior do Esta-
do, e que tivera seu ensino básico em colégio
frequentado quase tão somente por crianças de
classe mais abastada, e que pagava seus estu-
dos com o produto de uma hora de sua fa-
mília, e que o programa de Afif Domingues
era coerente, nacional, pensando sobretudo no
futuro da Nação, pedindo a Deus que o ilumi-
nasse e que estivesse certo ao escolher seu can-
didato. Não havendo mais oradores para o
uso da Tribuna, o Senhor Presidente transpor-
tou os trabalhos ao segmento dedicado a
"ORDEM DO DIA", que constou do seguinte: For-
ram encaminhados para a Comissão de Re-
dação Final os seguintes Projetos: Projeto de
Resolução nº 004/89 da lavra do Vereador
Carlos Roberto Nequeira dos Santos; Projeto de
Resolução nº 008/89 da lavra do Vereador Os-
mar Sampaio da Silva e Projeto de Lei nº
15/89 da lavra do Vereador Osmar Sampaio
da Silva. Aprovado o Requerimento nº 183/89
da lavra do Vereador Osmar Sampaio da

Silva. Aprovada a Indicação nº 156/89 da laura do Vereador Walmir Rodrigues de Lacerda. Não havendo quem quizesse fazer uso da palavra em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Reunião em nome de Deus. E para constar mandou que se lavrasse a presente Ata que depois de lida, submetida à Apreciação Plenária, Aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

(Assinatura)
 Walmir Rodrigues de Lacerda
 Vereador

Ata da Oitava Reunião Ordinária do Segundo Período Legislativo do Ano de mil novecentos e oitenta e nove (1989), realizada em vinte e nove de agosto do ano em curso.

As dezesseis horas do dia vinte e nove de agosto de mil novecentos e oitenta e nove (1989), sob a Presidência do Vereador Jânio dos Santos Mendes, e com a ocupação da primeira e segunda Secretarias, pelos Vereadores Walmir Rodrigues de Lacerda e Adailton Pinto de Andrade, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Lagoa Triz. Além desses responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Aury Silva da Rocha, Aires Bessa de Figueiredo, Derson Jardim,